

**IGREJA**  
**DE SÃO**  
**MARTINHO**  
**DE MOUROS**  
RESENDE

**IGREJA**  
**DE SÃO**  
**MARTINHO**  
**DE MOUROS**  
RESENDE



Planta.

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

**A** Igreja matriz de São Martinho de Mouros ergue-se num espigão que se alça sobre o curso terminal do ribeiro da Bestança (ou de São Martinho), no seu caminho rumo ao Douro. Estabelecida num território facilmente defensável, dotado de encostas abruptas e notáveis maciços graníticos, esta Igreja, cuja silhueta se impõe a partir dos mais diversos pontos do vale, assume-se na paisagem da serra de Meadas de forma muito particular devido à sua original fisionomia. Implanta-se este edifício românico num terreno com forte pendente, aspeto mais visível na sua fachada norte e que a existência de um embasamento, composto por fiadas de silhares em diferentes alturas, procura compensar. Atente-se no afloramento granítico, visível também no lado norte, ao nível da cabeceira.



Vista geral.

Embora as primeiras notícias de ocupação deste território remontem à época castreja (Costa, 1979: 341), é à subsequente romanização<sup>1</sup>, de cujos vestígios o território envolvente é particularmente notável, que deve salientar-se, já na Idade Média, a notícia da tomada do castelo pelo exército de Fernando Magno, rei de Castela (r. 1035-1065) e Leão (r. 1037-1065), integrando São Martinho numa importante linha defensiva duriense que incluía os castelos de Lamego e Castro de Rei (Tarouca). Recorde-se que foi após a tomada de Lamego, a 29 de novembro

<sup>1</sup> A este propósito veja-se, entre outros, Jalhay (1951) e Mantas (1985).



Vista sobre o vale do ribeiro da Bestança.

58

de 1057, que os exércitos cristãos de Fernando Magno tomaram os castelos de Cárquere e de São Martinho de Mouros (Barroca, 2003: 32). Esta última estrutura defensiva, de que ainda subsistem vestígios, situa-se a oeste da atual povoação, sendo com certeza herdeira do castro, e onde, junto à sua cerca, se ergueu o primitivo templo cristão, dedicado ao Salvador, como tantos outros da época<sup>2</sup>. A invocação é ao mesmo tempo sinal de tomada e grito de guerra, plasmado numa iconografia do Cristo, rei e justiceiro. Tomado o castelo, sacralizado o espaço, pode o burgo retomar a vida ao longo do vale fértil do ribeiro da Bestança.

Uma ocupação tão precoce é facilmente explicável se atentarmos no potencial agropastoril do território que ainda hoje envolve esta Igreja românica, edificada sobre a encosta. Já na Época Medieval o espaço paroquial evidenciava a trilogia: “ager” (destinado ao cultivo), “saltus” ou “souto” (carvalhos e castanheiros, ou seja, as folhosas) e “monte” (Rosas, 1987: 4). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978: 49), tal repartição, afirmada como micro-agro-silvo-sistema, satisfazia um equilíbrio entre a produção de cereais, no inverno, e, no verão, as ervas e os pastos para o gado, juntamente com as madeiras e o vergasto para a casa, as landes e as castanhas para a engorda dos porcos e os matos para a corte, lenha para a fogueira e para o forno, sistema que se atinge pelos fins do século XI e chega ao clímax antes dos meados do século XIII (Almeida, 1978: 32). Uma descrição “Do Ribeiro de sam martinho”, datada de 1531, fala-nos deste “fresco Valle, que ainda se pode achar, todo muito cerrado, e [que] parece-se muito com simtra, sómente tem mais basto arvoredo: todo este valle nom he senom castinheiros, e nogueiras, e aveleiras, e laramgeiras, e outros arvores despinho muy excelemtes, e muitos boõs pumares, e lameyras; dáa o mais fermoso trigo, que há em toda a beira (...) e grande soma de noz, e castanha; e daly saem muitos e mui fermosos mastos de castinheiros, e muito tavoado, que todo se vay carregar ao douro” (Fernandes, 1926: 569). De resto, as descrições posteriores,



Fachada ocidental e adro antes das intervenções da DGEMN. Foto: coleção particular de Nuno Resende.

<sup>2</sup> Sobre este castelo, sua implantação e breve caracterização no contexto das fortalezas da Reconquista, veja-se Teixeira (2001: 463-476). O autor identifica e assinala cartograficamente o local provável de edificação da ermida de São Salvador, entretanto arruinada (2001: 471).

modernas e contemporâneas, reproduzem ideias semelhantes de abundância, fertilidade e variedade de culturas.

Como, aliás, ainda hoje podemos constatar, as folhosas assumem um papel significativo na paisagem que envolve a atual Igreja matriz de São Martinho de Mouros. Em 1342, a propósito da confirmação dos usos e costumes desta localidade de São Martinho de Mouros decretados por D. Teresa, alude-se aos “carvalhos da eigreia” quando se estipula que, dessa data em diante, se faça neste local a reunião dos homens bons do concelho (Serra, 1816: 586).

A construção de um edifício românico (ou de um qualquer edifício) tem, a montante, um conjunto de condicionantes que explicam a sua implantação. A proximidade de um rio, a orografia do território, o acesso a vias de comunicação, a densidade populacional (e o dinamismo das populações que nele habitam), a preponderância de uma dada linhagem (cujo poder tem uma forte irradiação quer ao nível local, quer ao nível regional), as potencialidades agrícolas do território ou a sua localização estratégica, são fatores que condicionaram a construção de qualquer edifício na época românica. Assim, estes agentes vão regular a sua dimensão física e a simplicidade ou a complexidade das suas soluções construtivas e iconográficas, porque a edificação se implanta num determinado local e dá resposta às necessidades de uma comunidade específica.

Embora sejam escassas as informações históricas relativas a este edifício durante a Idade Média, o mesmo não acontece com o território no qual se implanta. São Martinho de Mouros foi agraciado com foral por parte da Condessa de Portucale, D. Teresa de Leão (1080-1130), datado de 1 de março de 1111, no qual confirmou os foros anteriores dados “a vós homeës de Sam Martinho de Mouros; o qual ouvettes em tempo de meu avou Rey Dom Fernando, e de meu padre Rey Dom Affonso: e derom esse castelo com este foro ao alvazil Dom Sesnando” (Serra, 1816: 580), este último entre 1057 e 1065 (Duarte, 1994: 996).

Desde então, diversas fontes documentais aludem, ao longo da Idade Média, à terra de São Martinho de Mouros. cremos que uma tal importância histórica do território poderá justificar a edificação de um monumento tão peculiar durante o período românico, como o é esta Igreja. De resto não nos podemos esquecer que as *Inquirições de 1258*, realizadas a pedido de D. Afonso III (r. 1248-1279), nos informam que o monarca é o seu patrono e apresentador: “(...) de patronatu ecclesiae Sancti Martini de Mauris dixit, quod Dominus Rex est patronus, et presentat dicte ecclesie” (Herculano, 1936: 990).

Esta referência ao padroado coincide com a cronologia estilística da fábrica de São Martinho de Mouros, como também com uma inscrição relativa ao ano de 1217 e que Mário Barroca (2000: 688-690) considera ser comemorativa de uma determinada fase construtiva desta Igreja: Era : M<sup>a</sup> : CC<sup>a</sup> : 2<sup>a</sup> : V<sup>a</sup>.

Tal inscrição, remetendo-nos para a “Era de 1255”<sup>3</sup>, encontra-se gravada num silhar embutido na face exterior da capela-mor, no lado norte, na primeira fiada acima da sapata e na

<sup>3</sup> Não nos podemos esquecer que a utilização da numeração árabe nas epígrafes portuguesas apenas se vulgarizou a partir do primeiro quartel do século XV. Como se sabe, durante a Idade Média os lapicidas gravaram o numeral árabe “5” sob a forma de “2” invertido, aspeto que tem vindo a causar alguns debates em termos de leitura epigráfica. Sobre este assunto veja-se Barroca (2000: 688-690).



Fachada norte. Capela-mor. Inscrição comemorativa da construção da Igreja.

60 quinta pedra a contar da direita. O seu mau estado de conservação leva, no entanto, a que passe despercebida a olhares menos atentos.

Creemos ser de suma importância o posicionamento que esta inscrição comemorativa assume em São Martinho de Mouros, enquanto referência cronológica basilar. Por regra, a construção românica era geralmente iniciada pela cabeceira, o que permitia que, logo após a sua conclusão, e mesmo antes que se começasse a construir a nave, fosse possível praticar aí o culto litúrgico, depois de realizada a cerimónia de dedicação e sagração da mesma. Assim, estando já a cabeceira ao serviço do culto divino, e se a disponibilidade financeira assim o permitisse, passar-se-ia então à construção da nave.

Nesse sentido, a data de 1217 diz respeito ao início da construção desta Igreja ou então pode fazer referência à conclusão de uma primeira fase construtiva, ou seja, a da cabeceira (Barroca, 2000: 690), caso se tenha seguido os trâmites mais comuns à época. Além disso, esta data coincide, ainda, com as propostas feitas por vários autores para a datação da conclusão da nave durante o segundo quartel ou meados do século XIII (Almeida, 1986: 108; Rosas, 2009).

Por outro lado, nesta Igreja românica consagrada a São Martinho, identificamos algo curioso e que mostra que, na época românica, nem sempre se seguia uma única regra no que toca à sequência construtiva de um qualquer edifício. Na época em estudo impera a exceção. Atentemos, pois, ao maciço turriforme que dá corpo à fachada principal.

Aqui, o primeiro quarto da nave é dominado por um maciço corpo ocidental que, ao modo de torre-fachada, confere a esta Igreja um certo aspeto militarizado e defensivo. Não nos podemos esquecer que, de um modo geral, o ambiente da Reconquista cristã se refletiu na arquitetura românica portuguesa, pois foi aqui que este novo estilo arquitetónico encontrou um ambiente e um espaço de afirmação muito próprio de desenvolvimento, impondo-se à medida que avançava a reorganização do território fomentada pelos monarcas cristãos.



Não há dúvida de que a solidez de uma igreja, um dos melhores edifícios de uma qualquer cidade e, sem dúvida, o mais amplo e robusto de uma dada aldeia, prestava-se ao refúgio de toda a comunidade – pelo menos de determinados grupos, religiosos ou laicos – em momentos de perigo (Nuño González, 2002: 127). Este aspeto é, então, por vezes exaltado na própria estrutura arquitetónica, no seu carácter maciço e robusto. Recorde-se, a título de exemplo, a sé velha de Coimbra.

Com base na reconstituição ensaiada por António Nogueira Gonçalves (1934; 1940; 1942; 1958; 1969; 1984), sabemos hoje que a frontaria de Santa Cruz de Coimbra era composta por uma forte torre defensiva a preceder a igreja, acusando uma tipologia idêntica àquela que ainda hoje vemos na sé velha de Coimbra, composta por corpo avançado ao centro, rasgado por janelão sobreposto ao portal elevado, ambos com arquivoltas ornamentadas e separados por pequeno lacrimal sobre arquinhos. Ao modo de vestibulo, esta pré-nave abria-se no seu interior para a nave.

Mais recentemente, Manuel Real (1982: 118-132) tem vindo a dar uma atenção especial à organização espacial das igrejas agostinhas, cuja ordem foi um importante suporte da política expansionista e autónoma de D. Afonso Henriques (1143-1185). Destacam-se, pois, estas igrejas pelo seu perfil castrense (Real, 1982: 126). Assumindo a arte da Reconquista portuguesa (Real, 1982: 123), as igrejas dos cônegos regantes sobressaem precisamente pela existência de uma torre-nártex, de que Santa Cruz de Coimbra, edificada a partir de 28 de junho de 1131, e São Vicente de Fora, em Lisboa, foram os exemplos mais flagrantes. O ambiente de insegurança próprio da Reconquista levou a que nas zonas fronteiriças e, sobretudo, em igrejas situadas fora de portas, se construíssem baluartes e se reunissem verdadeiros arsenais para defesa (Real, 1995: 18). Recorde-se que estes dois mosteiros agostinhos estavam precisamente localizados fora da linha de muralhas das respetivas cidades.

A designação de “igreja-fortaleza” é por demais referida na nossa bibliografia dedicada ao românico, particularmente naquela que se desenvolveu em inícios do século XX<sup>4</sup>. O facto de muitas igrejas aparecerem ameadas e de surgirem algumas torres com carácter militar, associadas a monumentos de carácter religioso (embora estas sejam na sua maior parte da época gótica), como a do Salvador de Travanca (Amarante), são justificações suficientes para que muitos autores defendam a existência de uma tipologia tipicamente portuguesa e que acusa um notório carácter militar, embora este seja mais retórico do que propriamente real. Este aspeto procura, ainda, pôr em evidência a constante conotação do românico português com a Reconquista cristã e que aqui, em São Martinho de Mouros, foi acentuado durante os restauros realizados em meados do século XX, como veremos mais adiante. Digno de nota é o facto de esta Igreja, consagrada a São Martinho de Tours, ter sido tratada com igual importância no rol de “Castelos do 1º Período Medieval” da monumental obra de Damião Peres, intitulada *A gloriosa história dos mais belos castelos de Portugal* (Peres, 1969: 75-76).

Na Idade Média, a torre era entendida como símbolo de segurança e, na ausência de castelos, a igreja era a melhor fortaleza (Almeida, 1971: 69). As funções religiosa e militar são, pois,



Reconstituição do mosteiro de São Vicente de Fora (Lisboa) a partir da gravura de Braunius. Fonte: Castilho, 1936, apud Fernandes, 2010: 89.

4 Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 379-385).



Mosteiro do Salvador de Travanca (Amarante). Vista geral.

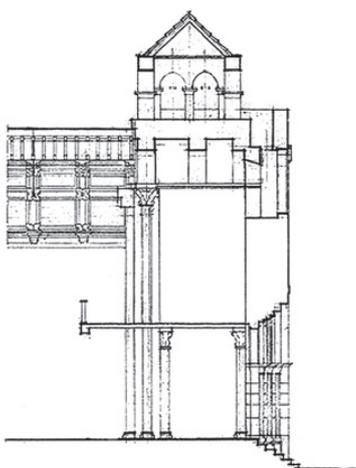
indissociáveis (Nuño González: 2002: 130). As catedrais de Braga, Porto, Coimbra e Lisboa, situadas em pontos dominantes, têm aspeto de fortalezas e rubricam a decisão e a “firmeza do empenho português” (Almeida, 1971: 69). Para Aarão de Lacerda, estes edifícios são assim símbolos evocativos “daqueles tempos em que a fé e a espada se irmanavam no mesmo esforço de proselitismo e de conquista, condicionando a edificação dos templos-fortalezas, prontos a transformar-se em guerreiros baluartes” (Lacerda, 1942: 213-214).

No caso da torre-nártex de Coimbra, a existência de uma tribuna no piso superior da igreja responderá certamente a objetivos litúrgicos específicos, associados à “missa calada” e à “missa oficiada” da prática canonical (Real, 1982: 125). Na galilé acumula-se, certamente, uma função “martirial”, passando rapidamente a receber enterramentos pios, o que fez com que o seu uso acabasse por ser divulgado noutras regiões (Real, 1995: 18).

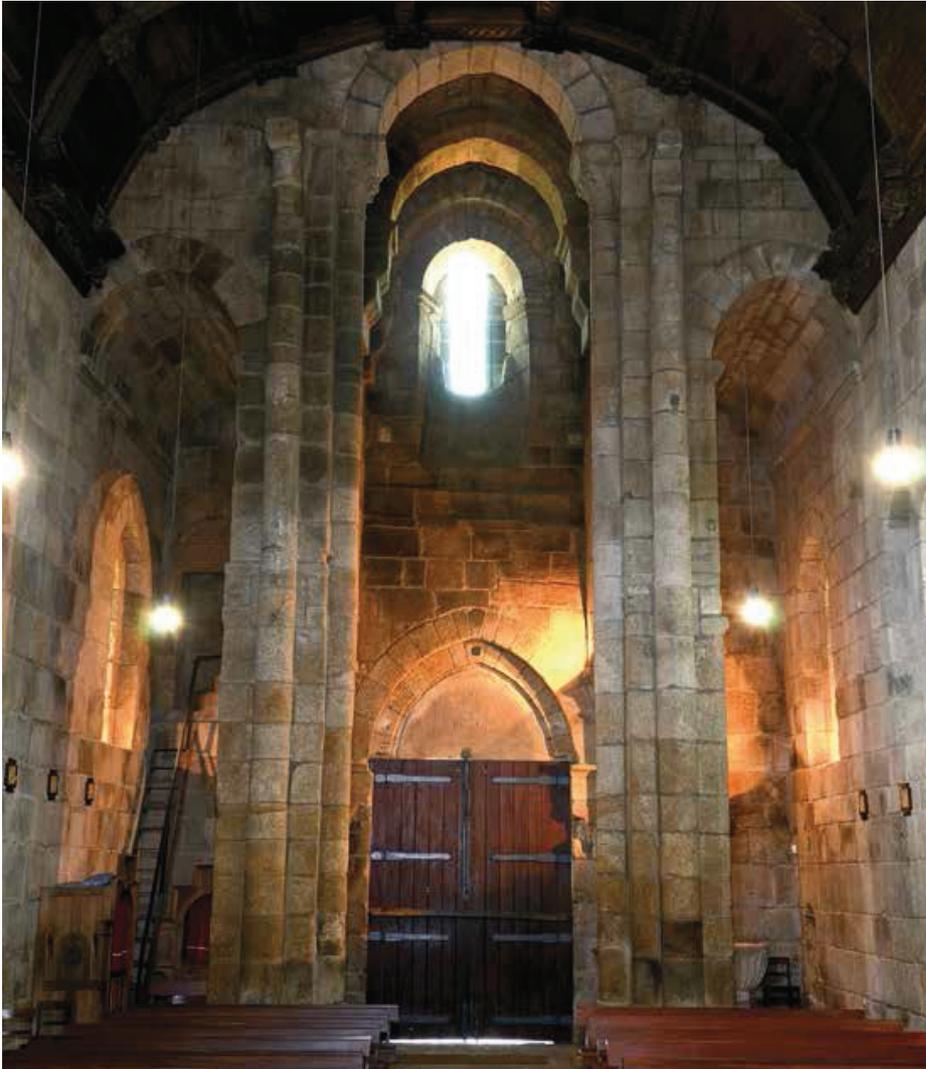
Embora se deva procurar entender a Igreja de São Martinho de Mouros noutra contexto, mais ruralizado e não integrando a família das chamadas igrejas crúzias, o que é certo é que temos presente neste vale do ribeiro da Bestança um testemunho significativo de uma das formas mais inovadoras e internacionais do românico português de então.

De facto, o maciço turriforme de São Martinho de Mouros surge como sendo único no seu género no panorama do românico português. Este corpo ocupa toda a largura da Igreja e, cumprindo as funções de fachada ocidental, forma uma estrutura verticalizante que sobe mesmo acima do nível da nave.

Mas é ao nível do interior que este maciço assume uma composição extremamente original pelo facto de criar, nesta parcela do templo, uma solução de três estreitas naves, com abóba-



Planta de corte longitudinal da Igreja.  
Fonte: arquivo IHRU.



Vista da nave (primeiro terço).

das de pedraria paralelas, uma por cada tramo. Três arcos de volta perfeita apoiam-se sobre dois altos e robustos pilares quadrangulares, aos quais se adossam meias-colunas em três dos seus lados. São estes pilares, coadjuvados pelos contrafortes exteriores que terminam abaixo da cornija, que sustentam toda esta estrutura. O arco central é bastante mais elevado do que os restantes, subindo mesmo até ao teto apainelado da nave. Acompanhando o nível dos arcos, a abóbada da pequena nave central é mais elevada do que as laterais, sendo ainda sustentada por um pequeno arco toral assente sobre mísulas. Dois arcos formeiros apoiam-se sobre colunas, onde capitéis esculpidos completam este conjunto. Neles podemos observar temas vegetalistas e antropomórficos, onde destacamos a representação do homem sentado ou do homem a ser



Nave. Capitel do primeiro tramo.



Nave. Capitel do primeiro tramo.

engolido por animais, tema comum ao eixo Braga-Rates. Aqui, o tratamento escultórico do granito assume-se pelo seu aspeto túrgido.

Alexandre Alves Costa questionou se este corpo tão original não poderia corresponder ao início de uma Igreja que se queria com três naves e de que só se construiu o primeiro tramo, tendo-se simplificado o resto, reduzindo-o a uma só nave (Costa, 2007: 107). A confirmar-se esta tese, poder-se-ia falar de uma anterioridade deste corpo relativamente ao da capela-mor ou, mesmo, de uma simultaneidade construtiva entre ambos os elementos? Porque é que se entendeu edificar uma Igreja com tal programa e dimensões nesta região duriense? E se assim é, porque será que ocorreu uma tão brusca mudança ao nível do programa construtivo?

65

Ultrapassados estes arcos, e deixando para trás estas pequenas naves, a ampla espacialidade da nave única surge-nos de forma contrastante. A sua amplitude acusa, assim, além da sua grande altura, um lugar de exceção ao nível da escala românica então praticada no nosso território.

Mais adiante, o arco triunfal, apontado e encimado por óculo moldurado, compõe-se de três arquivoltas assentes em colunelos embebidos no muro, com capitéis também eles decorados, esculpidos num granito de grão mais fino do que aquele que é utilizado no resto da Igreja, o que também permitiu um mais apurado e definido tratamento das formas esculpidas. Aqui, aparecem monstros em ato de tragar figuras nuas, que lhes pendem da boca, penduradas pelas pernas, assunto de evidente origem bracarense e também repetido no portal principal e num dos capitéis altos do primeiro tramo da nave, como vimos.

Ao nível das arquivoltas vemos motivos denticulados. Todavia, tendo em conta a grande amplitude do vão deste arco triunfal comparativamente aos arcos do primeiro tramo da Igreja, arriscamos a propor para o mesmo uma cronologia mais tardia. Além disso, a grande amplitude da capela-mor e o facto de esta ostentar exteriormente cachorros lisos são indícios de um prolongamento do *modus aedificandi* românico no tempo, assumindo talvez aqui já um carácter de resistência. Este espaço da Igreja surge dotado de amplos janelões retangulares, que criam um evidente contraste com as frestas de origem medieval que ainda hoje iluminam difusamente o interior da nave.

No exterior desta Igreja de São Martinho de Mouros temos bem presente o espírito da estética românica. A presença de pedras sigladas ao longo dos seus paramentos, também reaproveitadas nos muros de enquadramento, recordam-nos a organização dos estaleiros desta época. Na fachada principal, uma estreita fresta encima o portal formado por três arquivoltas apontadas



e compostas por arestas vivas. Com três fustes com caneluras e capitéis ostentando temática vegetalista e animalista, este portal encontra um paralelo no axial de Santa Maria de Almacave, em Lamego (Correia, 1924: 64). A escultura de temática vegetalista e antropomórfica, bem presa ao cesto, fala-nos de uma cronologia mais tardia do que aquela que concebeu os capitéis altos da nave, mais túrgidos, ou mesmo os do arco triunfal. O conjunto é envolvido por friso enxaquetado e a sua imposta prolonga-se por toda a fachada. Embora atualmente se encontre aqui um tímpano liso, há notícia de que em 1924 uma larga e grossa pedra de granito estava encostada à frontaria (Correia, 1924: 64). Com uma cruz gravada ao centro, esta pedra serviu de tímpano, certamente pertença deste portal (Correia, 1924: 64). Logo acima deste vemos ainda quatro cachorros que atestam ter existido aí uma estrutura alpendrada.

Na primeira fiada de silhares sobre o embasamento, no lado esquerdo de quem observa o portal, vemos gravadas as medidas-padrão do município (Barroca, 1992: 53-85), nomeadamente a vara (105,5 centímetros) e o côvado (66 centímetros). Tal facto é um claro indício de que diante desta Igreja de São Martinho de Mouros se realizou, algures durante a Idade Média, a feira da localidade.

Na parte superior, uma cornija apoia-se sobre uma banda lombarda, motivo recorrente em vários edifícios da bacia do Sousa<sup>5</sup>, cujos arquinhos são sustentados por cachorros com decoração zoomórfica, em forma de cabeças de bovídeos, algumas delas mais acabadas, outras mais esboçadas ou desgastadas. É, ainda, sobre este corpo ocidental que se encontra a torre dos

<sup>5</sup> Recordem-se, a título de exemplo, os casos do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel) e das Igrejas de São Vicente de Sousa ou de Santa Maria de Airães (Felgueiras).





Fachada ocidental. Portal.

68

sinos, também ela compacta, onde se rasgam, de cada lado, dois arcos de volta perfeita para abrigo dos mesmos. A fachada ocidental é, por fim, escorada com dois contrafortes nos cunhais e que ajudam a sustentar melhor toda esta pesada e maciça estrutura. Apesar de o corpo da Igreja não ser abobadado, também as paredes são reforçadas com contrafortes que, rematados por esbarros, terminam abaixo do nível da cornija. Esta, nos alçados laterais, é sustentada por modilhões lisos.



Fachada ocidental. Cachorros.

## O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Quando, em 1527, os inquiridores que executavam o Numeramento na Comarca da Beira passaram em São Martinho de Mouros, encontraram um vasto concelho repartido por 73 lugares e 459 moradores. O termo municipal de uma légua e meia de largura por uma de comprimento estendia-se entre o rio Douro e os planaltos da serra de Montemuro, confinando a este com o município de Lamego e a oeste com o de Resende (Collaço, 1931: 142-143).

Poucos anos depois, na viragem de 1531 para 1532, o tratado de Rui Fernandes, mercador de lonas e bordates, atribui um número superior ao do Numeramento, orçando a população de São Martinho em 570 vizinhos. Não obstante a discrepância e, com certeza, a diferença de método na contagem de fogos, o capital urbano deste município computava, no segundo quartel do século XVI, em cerca de meio milhar de casas, o que resultaria numa população próxima dos 2200 habitantes<sup>6</sup>.

Do mesmo período de ambas as fontes é o *Censual da sé de Lamego* (Fernandes, 1999), que acrescenta informações ao nível paroquial. O padroado da abadia de São Martinho, que durante a Idade Média estivera nas mãos régias, passara para o segundo Conde de Marialva, em 1455, juntamente com o termo do município e respetivas rendas (Oliveira, 1999: 180). É, aliás, a D. Fernando (r. 1507-1534), infante de Portugal – filho de D. Manuel I (r. 1495-1521) e D. Maria de Aragão (1482-1517), casado com D. Guiomar Coutinho (1450-1534), terceira condessa – que se refere Rui Fernandes no seu tratado. À data da redação deste, São Martinho integrava, aos níveis da donataria e do padroado, o património dos Coutinhos, cuja casa assenhoreava vastas porções de território a sul do Douro. Tal património reintegrou os domínios da Coroa quando, pelo falecimento de D. Guiomar, não soçobrou descendência do seu casamento com o infante. Porém, não obstante o litígio que se seguiu à morte da condessa, interposto pelo abade D. Lopo de Almeida (provido no cargo pelo quarto conde, D. Francisco Coutinho (1480-1532)), a Igreja e respetivos rendimentos passaram à administração da Universidade de Coimbra, em 1542.

Constituída em reitoria ou vigararia, e resolvido o litígio em 1566, passou definitivamente à posse da Universidade a apresentação do respetivo pároco de São Martinho de Mouros e a este a nomeação dos curas das igrejas anexas de Paus, Fontoura e Gosende, entregues a beneficiados da Colegiada. De facto, esta estrutura revela bem o prestígio e a importância da Igreja de São Martinho e o seu papel na evangelização e controlo social/económico da região. Ao longo do século XVI, a influência temporal e espiritual da serra e do vale partiu, em força, da Igreja de São Martinho. Apesar de, no municipal, o concelho englobar as freguesias de Barrô, Fontoura e Paus (no vale do Bestança), no eclesiástico o braço dos abades chegava a Gosende, no alto da serra de Montemuro, onde, já em 1531/32, Rui Fernandes referia um certo bodo, oferecido

<sup>6</sup> Utilizámos os coeficientes estatísticos propostos por João José Alves Dias (1996) para os fogos portugueses na viragem da Idade Média para a Idade Moderna, de 4.3 a 4.8 indivíduos por habitação (morada), o que resultaria, no caso de São Martinho de Mouros, numa população cujo número oscilaria entre 1974 e 2736 moradores.

pelos moradores deste lugar, como lembrança “por darem o padroado a dita igreja de sam Martinho” (Fernandes, 1926).

Deste período, rico em fontes e marcado pela instabilidade entre os seus senhores, pouco sabemos ao nível da evolução artística e espacial do templo de São Martinho. Embora não sendo da responsabilidade dos padroeiros, pois situam-se nas paredes colaterais da nave (portanto, a cargo dos fregueses), podem ser dos últimos anos do século XV as pinturas de que restaram as representações (hoje encobertas pelos retábulos) de *São Brás* e certa figura feminina envergando um hábito beneditino<sup>7</sup>. E talvez tenham constituído dote dos Coutinhos as pinturas, erroneamente atribuídas à escola de Grão Vasco, que hoje decoram a parede lateral da capela maior e que outrora possivelmente constituíram parte do retábulo principal<sup>8</sup>. São duas pinturas a óleo sobre tábuas de castanho que representam cenas da vida de um São Martinho caritativo e místico, iconografia distante da que, em escultura, preside no retábulo maior, ou seja, a de um bispo hierático e vigilante. A sua datação e a atribuição da autoria das pinturas foram já exploradas por Joaquim Oliveira Caetano, em 2000, reiterando opiniões anteriores que as consideravam trabalho dos Mestres de Ferreirim. De facto, como o autor sublinha, na grande empreitada para aquele convento franciscano, edificado por devoção dos Coutinhos, incluíam-se outros retábulos destinados a igrejas do domínio da Casa de Marialva, entre os quais se poderiam incluir as tábuas de São Martinho de Mouros, obra portanto posterior a 1534 (Caetano, 2000a e 2000b).

É sobretudo com a entrada da Universidade de Coimbra, e nomeadamente durante o período jesuítico na administração da Reitoria, que dispomos de um maior número de fontes, sinal de uma melhor organização e de um considerável investimento na manutenção e em benfeitorias, quer na matriz, quer nas anexas.

De facto, ao longo do século XVII há notícia de vários pagamentos para melhorias e intervenções pontuais, não apenas na Igreja, como na Casa do Passal, onde, em 1638, a Universidade investiu 5000 réis em obras (Almeida, 1972: 90). No ano seguinte, certos consertos no edifício eclesial exigem a mesma soma. E, embora não documentados, é provável que correspondam aos últimos anos do século XVI e à primeira metade do século XVII a abertura de alguns vãos entre as fenestraçãoes da capela-mor<sup>9</sup>, o arco de gosto manuelino (que projetaria um coro colegial?) e o portal emoldurado por pilastras, virado a sul, já de índole maneirista.

Em novembro de 1649 foram necessários 2000 réis para a pintura do retábulo – com certeza o maior, já que cabia ao padroeiro a fábrica do património na capela-mor – e, no mês seguinte, pagou-se ao vidraceiro Francisco Jorge pela feitura de certas vidraças para a Igreja (Almeida, 1972: 194, 196).

O aumento de legados pios e do número de irmandades e confrarias, a partir de meados do século XVII, contribuiu para alterar substancialmente a organização espacial da nave, onde a



Arco triunfal. Parede do lado do Evangelho (atrás do retábulo colateral). Pintura mural. *São Brás*.

<sup>7</sup> As figuras foram identificadas em 1919 por Vergílio Correia (1924: 67-68). A reprodução fotográfica dos frescos aparece em Pinto (1982). *São Brás* situa-se do lado do Evangelho e a figura feminina do da Epístola. É possível, ainda hoje, observar vestígios de reboco policromado quer ao longo das paredes da nave, quer da capela-mor.

<sup>8</sup> Como sugere João Soalheiro (2006: 154-159), a propósito da empreitada de Ferreirim, convento sob a proteção dos Coutinhos.

<sup>9</sup> Admitimos a hipótese, não fundamentada documentalmente, que a capela maior tenha sofrido profundas alterações ainda durante o século XVI. Tal é perceptível exteriormente ao nível do aparelho e da própria volumetria.



Capela-mor. Parede do lado do Evangelho. Pintura.  
*São Martinho reparte a sua capa com um pobre.*



Capela-mor. Parede do lado do Evangelho. Pintura.  
*Aparição de Cristo a São Martinho.*

piedade popular pedia a ereção de mais altares, abrigo de costumeiras expressões devocionais. Nesse sentido, salientamos o nascimento das Confrarias do Santíssimo, das Almas e de São Nicolau<sup>10</sup>, já ativas em 1625 e 1654. Em 1758, refere-se, ainda, a Irmandade dos Passos e o reitor enumera quatro altares, além do maior, todos situados na nave, a saber: o de Nossa Senhora do

<sup>10</sup> A imagem ainda se conserva na sacristia.



Vista geral do interior a partir da nave.

72

Rosário, o do Senhor das Chagas, o de São Sebastião (hoje inexistente) e o da Senhora do Desterro. A construção destes novos retábulos poderá ter justificado o aparecimento dos pequenos corpos salientes em cada lado do topo da nave.

Remontará à primeira metade do século XVIII o programa catequético de teor contrarreformista que marca ainda hoje o espaço da capela-mor, destacando-se o artesoadado com temas hagiográficos e alegóricos. No retábulo, a imagem do padroeiro preside ao lugar de honra e, do outro lado, encontra-se São Francisco Xavier, cuja notabilidade devocional deve ter sido introduzida por ação da Companhia de Jesus.

O teto de caixotão é, aliás, revelador da espiritualidade e da catequética contrarreformista a que não deve ser alheia a intervenção jesuítica. “Velhas” devoções, modeladas pela piedade popular, como São Miguel, Santa Luzia e Santa Bárbara, surgem lado a lado com “novas” invocações, como São Francisco ou Santo Inácio, que trazem uma mensagem evangelizadora e propagandística muito clara. Aliás, a palavra escrita e proferida tem aqui um lugar assinalável, pois desde a mão justiceira de Miguel (*qui ut deus*), até ao livro aberto de Santo Inácio, toda a composição gráfica apela à redenção, à conversão ou à confirmação, seja através do recebimento do corpo místico pelo leite virginal (milagre da aleitação de São Bernardo), seja pelo batismo ou pela palavra diretamente recebida de Deus, como a escutou João em Patmos. Pelo meio, alegorias como a da *sapientia* recordam que o padroado se encontrava nas mãos dos académicos. Nos “caixotões” laterais, cenas do passamento de São Martinho invetivam eclesiásticos e leigos a aprofundar outros exemplos, morais e hagiográficos, sobre a vida do patrono.

O trabalho de talha, do mesmo período, assinala, quer no retábulo maior quer nos laterais e colaterais, a predominância do estilo nacional. Devemos salientar, no entanto, que as interven-



ções na capela, claramente superiores em ornamentação, traduzem um investimento maior do padroeiro, ao contrário da nave que ficava a cargo dos paroquianos e exigia, portanto, um discurso menos propagandístico, mais funcional e menos dispendioso. O retábulo-mor destaca-se pelo trono eucarístico que, embora de reduzidas dimensões, é sobrepujado por uma representação da Ascensão de Cristo, momento que encerra o ciclo da Paixão, iniciado no martírio do Salvador quando este é atado à coluna, cena reconstituída, abaixo, na porta do sacrário.

De destacar, em termos de escultura de boa qualidade plástica, a Virgem da Conceição, de espírito maneirista, hoje colocada sobre o sacrário e, já dos primeiros anos do século, as imagens de São Martinho de Tours (padroeiro), São Francisco Xavier, São Francisco de Assis (colocada na capela lateral) e da Virgem do Rosário, esta da segunda metade do século XVIII. De qualidade inferior, mas não menos importantes no contexto devocional paroquial, os cultos e respetivas imagens do Beato Gonçalo de Amarante (popularmente designado santo), Santo António de Lisboa e da Sagrada Família (titulada do Desterro, em 1758), invocações e esculturas veneradas nos altares colateral e lateral da nave. Também setecentistas são as esculturas do *Ecce Homo* (de tamanho natural), de São Romão e de São Nicolau de Bari (anteriormente ligado a altar e confraria).

Na segunda metade do século XVIII ainda era evocada a lenda dos Mouros, como senhores da terra e construtores da Igreja, embora o reitor João da Cruz, cedendo a certos preconceitos, qualifique a alcunha como sinal da soberba e da altivez dos seus paroquianos (Cruz, 1758). Não obstante o facto de qualquer edifício antigo ou ruínas notáveis serem frequentemente atribuídos aos mouros, em São Martinho o apodo soou como uma fatalidade, símbolo maior de um povo remoto – ainda que se não possa justificar como a terra de onde foram expulsos e onde permaneceram tão pouco tempo, logo cristianizada, repovoada e administrada pelos presores, os tenha desejado para a qualificar. O mais certo é que tendo o nome constituído sinal de troféu (São Martinho, terra tomada aos Mouros), tal epíteto tenha ficado como emblema de antiguidade e, ao longo dos séculos, alimentado o imaginário coletivo local para justificar, inclusive, a tão abstrusa forma e legendária função da sua Igreja matriz.

74



Nave. Parede sul. Retábulo. Conjunto escultórico. Sagrada Família.



Nave. Parede norte. Plinto. Escultura. São Francisco de Assis.



## AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Só na década de 1940 (Antunes, 2006) é que voltamos a ter notícias de intervenções nesta Igreja de São Martinho de Mouros, agora integradas na política intervencionista desenvolvida, desde 1929, pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)<sup>11</sup>. Assumindo a responsabilidade da empresa ideológica da “restauração” material da pátria, numa materialização do “culto dos monumentos”<sup>12</sup> e ao serviço de uma visão triunfalista da história, tão querida ao Estado Novo (1926-1974), a DGEMN acabou por ser o instrumento que materializou toda uma ideologia política que procurava, e encontrava, uma legitimidade na exaltação de passado nacional.

Dentre os “monumentos nacionais” queridos ao Estado Novo vamos encontrar uma especial afeição por aqueles que foram construídos nos tempos medievos e nos quais se integra, de forma muito especial, São Martinho de Mouros. De facto, sentindo-se uma efetiva preferência pelos monumentos coevos da formação da nacionalidade, determinados edifícios românicos vão receber toda uma intervenção orientada pelos mesmos princípios, porque destinada aos mesmos fins, porque realizada e dirigida pela mesma DGEMN<sup>13</sup>.

76 Sendo o estado primitivo dos monumentos aquele que é considerado como o mais puro, porque seu originário e coetâneo do período que se pretende exaltar, procurava-se constantemente regressar a esse mesmo estado através da supressão dos elementos que se considera terem transformado a sua legibilidade ao longo dos tempos. A reintegração estilística definiu-se, pois, como a tendência de restauro mais importante, legitimada pelo princípio do restauro estilístico (Tomé, 1998: 18, 20).

No caso da intervenção realizada em São Martinho de Mouros há alguns aspetos que devem ser realçados. Em primeiro lugar, o carácter algo tardio do restauro aqui realizado, já posterior às comemorações dos centenários de 1940, o que só pode ser justificado pelo facto de se ter considerado que este edifício conservava de forma satisfatória o seu aspeto mediéxico. No entanto, confrontando os dados documentais existentes com a iconografia que acompanhou a intervenção aqui realizada entre 1941 e 1951, vemos logo que a principal preocupação foi a acentuação retórica da medievalidade. Esta tónica materializou-se em duas frentes específicas.

Em primeiro lugar, houve uma preocupação extrema em afirmar o carácter turriforme da fachada. Assim, procedeu-se ao seu rebaixamento até ao nível da cornija, o que obrigou a uma reconstrução do campanário, que passou a parecer como que alteado. Tal campanha obrigou a uma profunda intervenção ao nível dos paramentos da fachada norte, o que explica o facto de os contrafortes serem atualmente rematados por esbarros, forma pouco comum à época

11 Criada pelo Decreto n.º 16791, de 30 de abril, então sob a tutela do Ministério do Comércio e Comunicações, a DGEMN reuniu os serviços cujas responsabilidades incidiam nos edifícios e monumentos nacionais, nomeadamente ao nível da realização de obras.

12 Sobre a DGEMN, sua composição orgânica, funções, dirigentes e técnicos veja-se Neto (2001: 203 e ss).

13 Sobre a ideologia da intervenção da DGEMN nos monumentos medievais e sua materialização veja-se Rodrigues (1999: 69-82).



Fachada ocidental e adro antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.



Fachada sul antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.

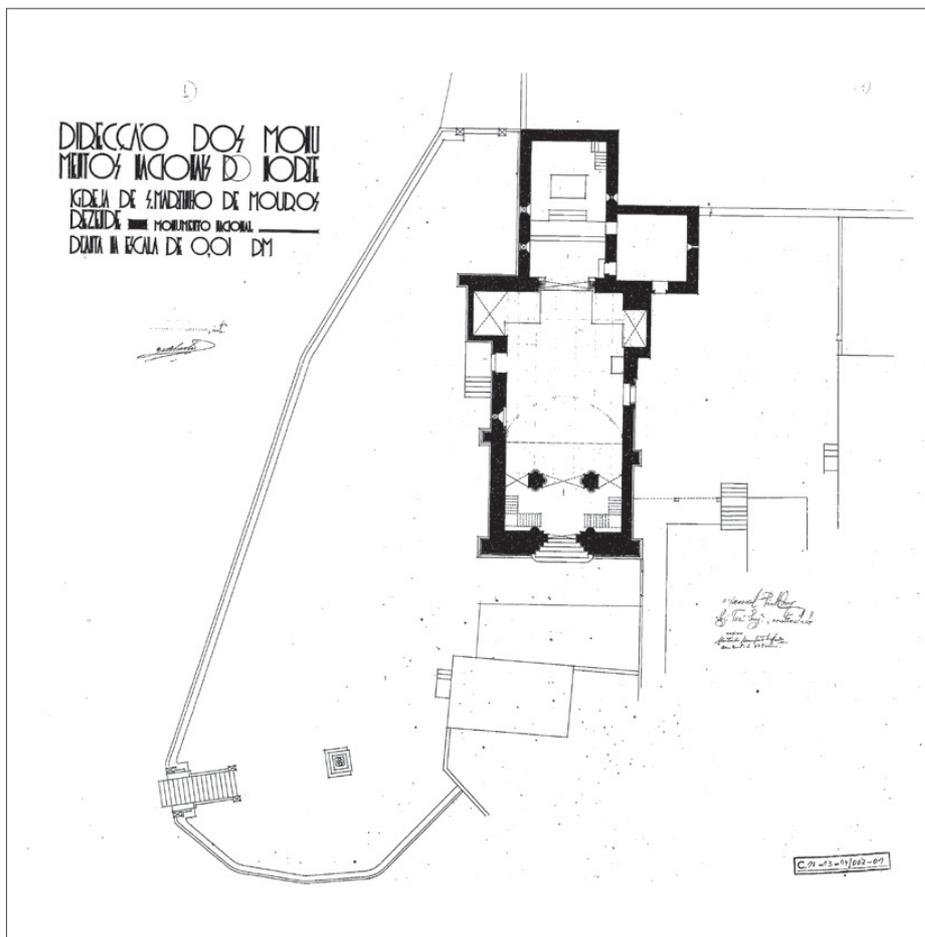
românica. Recorde-se, uma vez mais, que o caráter militarizado desta Igreja de São Martinho de Mouros é mais retórico do que propriamente real, aspeto que esta intervenção procurou acentuar através de uma libertação visual do campanário, assumindo-o formalmente como se de uma torre de vigia se tratasse.

Depois, esta valorização formal foi acentuada pela necessidade de ampliar o campo de apreciação do monumento, ou seja, através da desobstrução da sua envolvente mais imediata. Tanto as plantas como as fotografias anteriores a esta intervenção, que podemos apreciar no espólio da extinta DGEMN, acusam a existência de uma série de edificações que se adossavam à fachada sul e criavam diante da fachada principal um espaço bem mais estreito do que aquele que existe atualmente. Com a demolição deste casario de caráter vernacular, onde imperava o uso da taipa, criou-se uma esplanada que abre este edifício românico à paisagem e que, por sua vez, permite que esta o tenha sempre presente. A criação de tal esplanada corresponde à prática então seguida ao nível do tratamento da envolvente dos monumentos e que se centrava sobre a higienização das malhas urbanas degradadas e libertação dos edifícios históricos e monumentais, através da abertura de amplos espaços – os chamados “sventramenti”<sup>14</sup>. A título de exemplo, recordem-se os casos da sé do Porto e da sé do Funchal<sup>15</sup>.

Também ao nível do interior encontramos, embora de forma mais tímida, uma vontade de exaltação da medievalidade de São Martinho de Mouros. Mais tímida porque, embora se tenham conservado diversos elementos artísticos da Época Moderna, como o retábulo-mor, os retábulos colaterais e um dos retábulos da nave, além de peças de imaginária e do púlpito, durante as intervenções da década de 1940 apeou-se o coro alto que existia no primeiro tramo da nave. Recorrendo aos robustos pilares desta área da Igreja enquanto suporte, acedia-se a esta

<sup>14</sup> Ao mesmo tempo que se sucedem cuidadosos “restaus arqueológicos”, propõem-se cenários grandiloquentes que enfatizam a monumentalidade da Roma Imperial redescoberta (González-Varas, 2000: 239). Os “sventramenti” constituem uma “operação de transformação radical da estrutura arquitetónica e socioeconómica dos centros históricos e que se vinha desenvolvendo nas cidades italianas” ao tempo de Mussolini (González-Varas, 2000: 359) (tradução dos autores).

<sup>15</sup> Sobre o assunto veja-se Botelho (2006: 125-129).



Planta da Igreja e do adro antes das intervenções da DGEMN. Fonte: arquivo IHRU.

estrutura em madeira através de duas escadas de vários lanços, posicionadas em cada um dos ângulos da Igreja. Além disso, o reboco interior foi removido numa evidente acentuação da ancestralidade do granito que dá corpo à fábrica desta Igreja.

Mas foi na década de 1960 que se procedeu a uma das mais profundas intervenções ao nível do interior da capela-mor. Assim, em 1962, procedeu-se ao apeamento e reconstrução da parede do lado da Epístola, ou seja, do lado direito do observador, ficando desde então visível o curioso arco abatido ornado com pérolas e que se rasga acima do nível da porta de acesso à sacristia. Não conhecemos o porquê da existência deste arco, cujo posicionamento assume contornos algo insólitos, como desconhecemos também as causas que conduziram ao seu entaipamento. Só o aparecimento de documentação relativa ao mesmo nos poderia levar a ter uma noção mais conclusiva.



Nave antes das intervenções da DGEMN.  
Fonte: arquivo IHRU.



Intervenções na capela-mor (1959).  
Fonte: arquivo IHRU.

Além das intervenções mais visíveis, a Igreja de São Martinho de Mouros tem sido alvo, desde meados do século XX, das mais diversas ações de conservação ao nível arquitetónico e ao nível dos seus elementos artísticos e equipamento litúrgico.

79

Em 2010, São Martinho de Mouros passou a integrar a Rota do Românico. [MLB / NR]



Intervenções na nave (1946). Fonte: arquivo IHRU.

## CRONOLOGIA

1057: tomada do castelo de São Martinho aos "Mouros" por Fernando Magno;

1111: a condessa D. Teresa concede carta de foral a São Martinho de Mouros;

1217: ano assinalado como do início da construção da Igreja de São Martinho;

1258: as *Inquirições Gerais* aludem ao padroado real da Igreja de São Martinho de Mouros;

1342: são redigidos os foros de São Martinho de Mouros que documentam aspetos sobre a organização proto-municipalista e comunitária;

1455: o padroado da Igreja transita das mãos régias para a Casa de Marialva;

1513: D. Manuel I concede foral novo a São Martinho de Mouros;

1531/1532: Rui Fernandes, cronista e mercador, refere-se a São Martinho e ao vale do ribeiro da Bestança;

Cerca de 1534: executam-se as tábuas relativas à vida de São Martinho;

1543: o padroado da Igreja transita para o domínio da Universidade de Coimbra;

1638-1649: notícia de vários pagamentos para obras avulsas na Igreja e residência paroquial;

1758: o reitor João da Cruz, pároco de São Martinho, assina a memória que traça um quadro social, económico e artístico da freguesia;

1941-1951: intervenções de restauro da DGEMN ao nível da fachada principal e da zona de proteção da Igreja;

1962-1968: a capela-mor e a sacristia da Igreja de São Martinho de Mouros são alvo de uma profunda intervenção de restauro da responsabilidade da DGEMN;

Década de 1970 até à atualidade: a Igreja de São Martinho de Mouros tem sido alvo de diversas intervenções de conservação;

2010: a Igreja de São Martinho de Mouros passa a integrar a Rota do Românico.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Igreja de São Martinho de Mouros: perspetiva noroeste* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Coleção particular de Nuno Resende.

\_\_\_\_\_ – *Igreja matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00006533, FOTO.0081520.

\_\_\_\_\_ – *Igreja matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1959]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00006533, FOTO.0081586.

\_\_\_\_\_ – *Igreja matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho* [Material gráfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00006533, DES.0009506.

\_\_\_\_\_ – *Igreja matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho* [Material gráfico]. Resende: [s.n., 1945]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00006533, DES.00009511.

ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

\_\_\_\_\_ – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

\_\_\_\_\_ – Primeiras impressões sobre a arquitetura românica portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras – Série História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. II (1971).

ALMEIDA, M. Lopes de – *Artes e ofícios em documentos da Universidade: III – 1630-1650*. Coimbra: Universidade, 1972.

ANTUNES, Rute – *Igreja matriz de São Martinho de Mouros/Igreja de São Martinho* PT01183140002 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006. [Consult. 15 de julho de 2011]. Disponível em [www: <URL: Http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

\_\_\_\_\_ – História das campanhas. In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova história militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. Vol. 1.

\_\_\_\_\_ – Medidas-padrão medievais. *Revista da Faculdade de Letras*. Vol. 9 (1992) 53-85.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Texto policopiado.

\_\_\_\_\_ – *A sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CAETANO, Joaquim O. – Aparição de Cristo a São Martinho. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira; SOALHEIRO, João – *Cristo fonte de esperança: catálogo*. Porto: Diocese do Porto, 2000a.

\_\_\_\_\_ – São Martinho e o pobre. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira; SOALHEIRO, João – *Cristo fonte de esperança: catálogo*. Porto: Diocese do Porto, 2000b.

COLLAÇO, João Tello de Magalhães – *Cadastro da população do reino: 1527: atas das comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Lisboa: [edição do autor], 1931.

CORREIA, Vergílio – *Monumentos e esculturas: séculos III-XVI*. Lisboa: Livraria Ferin, 1924.

COSTA, Alexandre Alves – *Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa*. Porto: FAUP Publicações, 2007.

COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego: Idade Média: paróquias e conventos*. Braga: [edição de autor], 1979.

CRUZ, João da – [Memória Paroquial de] São Martinho de Mouros [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/25/245.

DECRETO n.º 16791. D.G. *Série I*. 97 (29-04-30) 1055-1057.

DIAS, João José Alves – *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

DUARTE, Joaquim Correia – *Resende e a sua história: as freguesias*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 1994.

FERNANDES, A. de Almeida – *Censual da sé de Lamego*. Arouca: [Câmara Municipal de Lamego/ADPA], 1999.

FERNANDES, Paulo Almeida – Hoc templum aedificavit rex portugalliae Alphonsus I: o mosteiro medieval. In SALDANHA, Sandra Costa, coord. – *O mosteiro de São Vicente de Fora: arte e história*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010.

FERNANDES, Rui – Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas... In *Collecção de ineditos de historia portuguesa*. Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1926. Vol. 5, p. 546-613.

GONÇALVES, António Nogueira – *A frontaria românica da igreja de S<sup>ta</sup> Cruz de Coimbra*. Coimbra: Tip. da Gráfica de Coimbra, 1940. Comunicação ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, lida em Sessão de Estudo de dezembro de 1939.

\_\_\_\_\_ – A igreja românica de Santa Cruz. *Correio de Coimbra*. Ano XIII, n.º 647 (17 de nov. 1934).

\_\_\_\_\_ – A primitiva capela-mor de Santa Cruz de Coimbra. *Correio de Coimbra*. Ano LXIII, n.º 3098 (26 de jul. de 1984).

\_\_\_\_\_ – *Arquitetura medieval duriense*. Régua: Museu do Douro, 2009. Texto policopiado.

\_\_\_\_\_ – As capelas do lado direito da igreja de Santa Cruz. *Diário de Coimbra*. (2 de mar. 1979).

\_\_\_\_\_ – O convento românico de São Vicente de Fora. *Monumentos: revista semestral de edificios e monumentos*. Lisboa: DGEMN / MOPTC. N.º 2 (Mar. 1995) 18.

\_\_\_\_\_ – O narthex românico da igreja de Santa Cruz de Coimbra. *Petrus Nonius*. Vol. IV (1942) fasc.1-2.

\_\_\_\_\_ – Os arcos românicos na igreja de Santa Cruz de Coimbra. *Diário de Coimbra*. (19 de set. 1958).

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – *Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica : o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1936.

JALHAY, Eugénio – Lápides romanas da região de Cárquere, Resende. *Brotéria*. Vol. 52, n.º 1 (1951).

JUNIOR, José Marques Abreu – *Igreja matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho: fachada lateral* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00006533, FOTO.0081548.

\_\_\_\_\_ – *Igreja matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho. Interior: nave e coro-alto* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00006533, FOTO.0081510.

\_\_\_\_\_ – *Igreja matriz de São Martinho de Mouros / Igreja de São Martinho. Interior: nave e capela-mor* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1946]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00006533, FOTO.0081532.

LACERDA, Aarão de – *História da arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1942. Vol. I.

MANTAS, Vasco Gil – A inscrição rupreste da estação luso-romana de Mogueira, Resende. *Revista de Guimarães*. Vol. 94 (1985).

NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais*. Porto: FAUP, 2001.

NUÑO GONZÁLEZ, Jaime – Detrás de lo artístico: otras formas de mirar el edificio románico. In *Perfiles del arte románico*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R., 2002.

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder: 1360-1452*. Cascais: Patrimonia, 1999.

PERES, Damião – *A gloriosa história dos mais belos castelos de Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1969.

PINTO, Joaquim Caetano – *Resende: monografia do seu concelho*. Braga: [edição de autor], 1982.

REAL, Manuel Luís – A organização do espaço arquitetónico entre beneditinos e agostinhos, no séc. XII. *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP). N.º 6 (dez. 1982) 118-132.

RODRIGUES, Jorge – *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo*. Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte, 1999.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *A escultura românica das igrejas da margem esquerda do rio Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.

SERRA, José Correia da – *Collecção de livros inéditos de historia portugueza, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, e D. João II, publicadas de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1816.

SOALHEIRO, João – Pinturas dos retábulos de Santo António de Ferreirim. In RESENDE, Nuno – *O compasso da terra*. Braga: Diocese de Lamego, 2006. Vol. 1.

TEIXEIRA, Ricardo – Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro: séculos IX-XIV. In SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CASTELOS, 2001 – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb, 500-1500: actas*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2001.

TOMÉ, Miguel Jorge B. Ferreira – *Património e restauro em Portugal: 1920-1995*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.